

## RESENHA DE APOLOGIE DE LA POLÉMIQUE, DE RUTH AMOSSY

Rui Alexandre Grácio<sup>i</sup>

AMOSSY, Ruth. **Apologie de la polémique**. Paris: Presses Universitaires de France. Collection dirigée par Michel Meyer, Université de Bruxelles, 2014.

*O pluralismo enfim nos permite apreender uma característica fundamental da democracia dos modernos em comparação com a democracia dos antigos: a liberdade – melhor: a liceidade – do dissenso. Esta característica fundamental da democracia dos modernos baseia-se no princípio segundo o qual o dissenso, desde que mantido dentro de certos limites (estabelecidos pelas denominadas regras do jogo), não é destruidor da sociedade mas solicitador, e uma sociedade em que o dissenso não seja admitido é uma sociedade morta ou destinada a morrer.*  
(BOBBIO, 1997, p. 61)

A epígrafe com que se inicia a presente resenha do livro de Ruth Amossy, *Apologie de la polémique*, editado na coleção “L’interrogation philosophique”, dirigida por Michel Meyer e publicado, em Março de 2014, pelas Presses Universitaires de France, foi selecionada porque sintetiza bem as duas linhas mestras que atravessam esta nova obra da teórica israelita do discurso e da argumentação.

Por um lado, trata-se de reabilitar a noção de polémica e de valorizar o discurso polémico a partir de uma retórica do *dissensus* inscrita no pano de fundo do funcionamento das democracias pluralistas; por outro, trata-se de fazer a apologia da polémica enquanto modalidade argumentativa e elemento

---

<sup>i</sup> Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Minho (UM), Portugal. E-mail: rgracio@gmail.com.

de vitalidade das sociedades onde o conflito é inevitável, recorrente e constitutivo dos processos sociopolíticos.

Dito nos termos da própria autora, “o *dissensus* é sem dúvida o motor incontestado da democracia” (p. 19) e, contrariamente à visão que o diaboliza, proclamando o consenso como um valor indispensável à coexistência pacífica, a tese avançada neste livro é a da possibilidade de uma “coexistência no *dissensus*” (p. 228).

Com efeito, a ideia central desenvolvida pela autora é a de que o discurso polémico contribui para a expressão e para a discutibilidade dos temas que coloca em agenda, proporcionando “uma gestão do conflito que procura dar voz às diferenças” (p. 215). É que, explica, “a persistência do diferendo não é um sinal de fracasso, mas uma característica do funcionamento democrático” (p. 215). Dito de outro modo, a expressão da tensionalidade de perspectivas cumpre funções sociais específicas que, mais do que procurar trazer soluções, permite convocar para o espaço público a problematidade do controverso e mobilizar os cidadãos para uma participação em que os antagonismos são verbalmente manifestados sem que, todavia, as incompatibilidades se deixem de poder exprimir e confrontar. Não se trata, por conseguinte, de um “diálogo de surdos” – título de uma magistral obra de Marc Angenot – porque, por um lado, nem o modelo para compreender o discurso polémico e as trocas verbais polémicas deve ser decalcado do diálogo e das suas possibilidades de compreensão mútua e de negociação, nem, por outro, deve ser enquadrado no objetivo da persuasão como forma de obter adesão. Ou seja, a possibilidade dar visibilidade aos diferendos e a posições irredutíveis, atribuindo-lhes um lugar no espaço público – e, com eles, ao controverso – é, por si mesma, uma virtude da democracia pluralista:

“Todavia, talvez mais do que deplorar um diálogo de surdos, seja preciso reconhecer a complexidade das opiniões e das divisões sociais num regime democrático. O conflito é simultaneamente inevitável e construtivo na medida em que permite a todas as vozes fazerem-se ouvir sem as rejeitar na dissidência. Ora, no caso do conflito exacerbado, tal como no dos desacordos menos radicais, a polémica, instaurando a possibilidade do debate agônico, mesmo erístico, proporciona um meio de coexistência que assegura um viver em conjunto (p. 215).”

É claro que a questão dos limites se coloca e se revela sensível: até que ponto se pode permitir a violência verbal que, não sendo razão de ser do discurso polêmico, nele emerge frequentemente sob várias modalidades?

Para percebermos a dificuldade em encontrar uma resposta equilibrada para esta questão, tal como para percebermos que a autora não faz um elogio incondicional da polémica, cujos limites e imperfeição aliás reconhece, é preciso volver do carácter filosófico da tese defendida neste livro, às bases teóricas e descritivas que o sustentam. Este é, aliás, mais um dos aspetos fecundos do presente trabalho que, antes de concluir sobre as funções do polémica no espaço público, alicerça o seu elogio da retórica do *dissensus* num conjunto de reflexões teóricas e definicionais (primeira parte do livro) e num estudo, baseado num *corpus* de análise, das modalidades da polémica e das relações entre razão, paixão e violência (segunda e terceira partes do livro). Vale por isso a pena debruçarmo-nos agora sobre os principais conceitos forjados pela autora a propósito do discurso polêmico enquanto modalidade argumentativa e ver “como a polémica se constrói discursivamente e modela a comunicação” (p. 9).

Se o discurso polêmico tem, como se salientou anteriormente, as suas funções no espaço público, ele caracteriza-se também por um certo funcionamento. Em termos conceptuais, a noção de polémica está, em primeiro lugar, associada à de espaço público e à circulação dos discursos na esfera democrática. Ela ocorre sob o modo de um choque de opiniões contraditórias nas quais se exprime uma divergência profunda que, por vezes, inclui a violência verbal, ainda que se desenvolva com normas e rituais próprias.

Mas o que é que caracteriza especificamente a polémica? Em primeiro lugar ela é marcada, como se disse já, por “uma oposição de discursos. O antagonismo das opiniões dadas a ver no seio de uma confrontação é a condição *sine qua non*” (p. 51). Esta característica coloca desde logo a polémica como uma modalidade argumentativa, uma vez que, para muitos teóricos, a oposição é um dos elementos constitutivos da situação argumentativa e faz parte do *continuum* que vai da coconstrução das respostas ao choque de teses antagonistas. Em segundo lugar, o discurso polêmico, ancorando-se no conflitual, faz emergir três movimentos específicos: o da dicotomização, o da polarização e o da desqualificação do outro.

A dicotomização conduz a configurar as posições em confronto como irreduzíveis e, portanto, como refratárias a uma qualquer possibilidade de entendimento mútuo. Como escreve a autora:

[...] a polémica, que trata de questões de interesse público, é uma gestão verbal do conflitual caracterizada por uma tendência para a dicotomização que torna problemática a procura do acordo (p. 58).

A polarização corresponde ao estabelecimento de um “nós” e de um “eles” e é, por isso, uma operação mais abstrata:

[...] a retórica da polarização consiste em estabelecer campos inimigos e é por isso um fenómeno social [...]. Trata-se de se religar a um grupo constitutivo de uma identidade, ou de apresentar as coisas de forma a que aqueles que à partida se sentem solidários com um dado grupo se mobilizem a favor da tese que o reforça (p. 59).

A desqualificação do outro decorre, em certa medida, dos dois processos anteriores e representa o passo em que “eles” são conotados pejorativamente e, no limite, diabolizados.

Importa também referir que, ocorrendo no espaço público onde os discursos circulam, a polémica é encenada – e espetacularizada – pelos *media*. A polémica é, com efeito um “acontecimento mediático” (p. 81) e a sua montagem é sempre uma (re)construção *a posteriori* (cf. p. 211). Ora, este ponto é essencial para entender que, apesar da aparência de diálogo no qual os interlocutores confrontam posições, a polémica pública não deve ser lida segundo o formato do diálogo:

Estas interações agónicas são certamente diálogos mas, tal como os discursos monogeridos, elas são apenas uma componente no seio de um conjunto. Para o dizer simplesmente, a polémica pública constrói-se a partir de uma multiplicidade de discursos e de trocas polémicas; ela compreende no seu seio diálogos e polílogos, debates e querelas eletrónicas – mas não são elas mesmas estruturadas como um diálogo O seu formato é o da circulação de discursos (p. 210).

O discurso polémico é assim dialógico (na medida em que remete para o interdiscurso) mas não dialogal (na medida em que não é uma troca direta com o adversário, como acontece, por exemplo, no face a face). Claro que as trocas polémicas dialogais podem ser integradas na polémica porquanto a partir delas se podem reconstruir e recuperar argumentos e argumentários das partes em polémica. Este aspeto não só muda o foco da polémica – que não é a de persuadir um interlocutor, mas dar visibilidade a posições

alternativas em confronto – como lhe permite atribuir funções específicas, a saber, a da persuasão no sentido de influenciar e de fazer pender para uma das partes (estando aqui em questão o auditório e não a outra parte), a de tecer um laço social, colocando em relação e tecendo vínculos de pertença a uma comunidade, a de funcionar como manifestação de indignação e como forma de protesto entendido como ato de resistência e, finalmente, a de funcionar como uma estratégia de posicionamento a partir do reforço do *ethos*. E, sobretudo, a polémica permite que o *dissensus*, em vez de recalcado e oprimido, seja expresso e enriqueça a dinâmica do funcionamento democrático ao autorizar a coexistência na diversidade e na controvérsia. Sem dúvida, ela pluraliza – desdogmatizando – a noção de racionalidade, mostrando que as sociedades democráticas são atravessadas por jogos de racionalidade dos quais não estão isentas as emoções, as paixões e mesmo a violência. De facto, razões e paixões estão imbricadas, como aliás é manifesto no próprio sentimento de justiça. Ora, é esse imbricamento que por vezes (mas não necessariamente) leva à violência verbal que, tendo uma função catártica, tem também os seus limites numa zona cinzenta definida pelos mecanismos de autorregulação que culturalmente pautam as diferentes sociedades.

Mas – interroga-se Ruth Amossy – o que é a violência verbal? Ainda que a sua caracterização não seja fácil de delinear, a autora propõe certos parâmetros descritivos pelos quais se pauta a violência verbal. Assim, enumeram-se os seguintes:

1. Uma forte pressão ou coerção é exercida para impedir o outro de se exprimir e de expor livremente o seu ponto de vista. [...]
2. O ponto de vista apresentado é totalmente desconsiderado, ou ridicularizado, ou seja, é objeto de um ataque destinado a fazer o outro perder a face e a pô-lo fora de jogo. [...]
3. O polemista ataca a própria pessoa do Oponente. [...]
4. O ponto de vista, entidade ou a pessoa que o incarna são comparados ao Mal absoluto, entregando-o à execração pública. [...]
5. A violência está frequentemente ligada ao *pathos*: o polemista exprime os sentimentos violentos que se inscrevem em marcas lexicais, sintagmáticas ou prosódicas. [...]
6. O polemista usa insultos contra o seu adversário. [...]
7. O polemista incita à violência contra outrem. (pp. 177-180).

Se é difícil saber aqui em que ponto se situa a linha entre o admissível e o inadmissível, o facto é que Amossy defende não só que “a violência verbal não exclui a argumentação” (p. 186) como permite muitas vezes não descambar para a pura agressividade. Por isso, pode-se dizer que, mantendo-se no quadro de uma comunicação verbal que não se aventura no terreno, a polémica é

funcional: “Por esta expressão, entendo que a violência verbal não é selvagem e gratuita, mas cumpre certas funções na troca verbal que a enquadra e regula” (p. 201). Se, todavia degenera em violência física e conduz ao que Perelman chama “ação direta”, ou seja, sai dos quadros da comunicação verbal para se tornar numa ação extradiscursiva, então “a violência verbal perde o seu estatuto argumentativo e os seus benefícios” (p. 203). Assim, conclui a autora, “A verdadeira ilegitimidade ética, que é a suprema traição ao *logos*, é a transformação da violência funcional, que é da ordem do discurso, em violência real” (p. 203-204).

Saliente-se que, ao contrário de uma visão normativa e angélica, a perspectiva desenvolvida por Amossy é essencialmente descritiva e realista. Ela baseia-se na análise de *corpus* reais e, nesse sentido, fornece ao leitor um quadro em que este facilmente reconhece as práticas discursivas polémicas reais que efetivamente circulam no espaço público. Este quadro real da polémica inclui, de facto, como uma das suas possibilidades, a presença da violência verbal, tal como coloca a questão dos seus limites éticos e a do espectro de uma passagem da violência para o plano das ações reais.

O contributo fundamental desta obra é rico e fecundo a vários níveis. Em termos filosóficos, ela alia a qualidade das dinâmicas democráticas a uma retórica do *dissensus* que se revela aberta à livre expressão de pontos de vista antagonistas e irreduzíveis, fazendo disso um fermento essencial do pluralismo democrático. A inclusão do alternativo e de racionalidades diferenciadas são aqui vistas de uma forma positiva que contribuem para a coexistência social.

Do ponto de vista teórico, e especialmente da ótica da análise do discurso e da teoria da argumentação, o reconhecimento da polémica como modalidade argumentativa aumenta o espectro das práticas da argumentação, não só porque não a restringe a uma forma de diálogo cooperativo e ao objetivo da persuasão (ou seja, enquanto meio de coconstrução e negociação de opiniões que visa o consenso), como lhe atribui outras funções que possibilitam, por um lado, reconhecer a tensionalidade como constitutiva do tecido social e, por outro, perceber como é que aí ocorre discursivamente a gestão dos conflitos.

Finalmente, e do ponto de vista sociopolítico, a expressão de fundo que atravessa este livro – “coexistência no *dissensus*” – representa um ideal que, admitindo certamente a importância do acordo e do consenso, nem por isso

apresenta uma visão dogmática da razão e da racionalidade: se reconhece que, em muitos casos, o acordo sobre o razoável é impossível, nem por isso essa impossibilidade diminui a importância da visibilidade e da circulação dos diferendos no espaço público ou impede de atribuir ao discurso polêmico funções próprias e essenciais para uma democracia que se sabe sempre imperfeita e frágil.

## Referências

AMOSSY, Ruth. **Apologie de la polémique**. Paris: Presses Universitaires de France. Collection dirigée par Michel Meyer, Université de Bruxelles, 2014.

BOBBIO, Norberto. **O Futuro da Democracia. Uma defesa das regras do jogo**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 6ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997 [1984].